

## Capítulo 10

### **Projeto integrado de proteção e promoção da família**

Maria José Eusébio, Maria Teresa Ribeiro e Joana Carneiro Pinto

A construção de uma sociedade mais justa necessita da contribuição que só a família pode dar, sendo um bem social a sua proteção e promoção. Considera-se, pois, a família, a partir de relações estáveis e duradouras, o principal contexto de desenvolvimento humano, e o maior indicador de ajustamento psicossocial do indivíduo.

A família assume-se como uma realidade natural e socialmente construída, complexa nos seus diversos significados de ordem sociológica, psicológica, social, cultural, económica, religiosa e política. “Trata-se de uma realidade que, embora exista nas dimensões do tempo e do espaço, as transcende. Enquanto o ser humano existir a família existirá também, pois a família é a entidade de chegada, partida e permanência do ser humano”<sup>35</sup> (p. 57). A complexidade da instituição familiar com as suas múltiplas dimensões de análise reforça a ambiguidade e imprecisão da sua definição.

A família na atualidade é definida a partir da diversidade, da coesão e da solidariedade. As relações que a configuram caracterizam-se por um maior compromisso emocional e uma maior sinceridade e qualidade<sup>9,11</sup>.

À família da atualidade apresentam-se muitos desafios, problemas e crises. A juntar aos problemas familiares comuns, temos as mudanças sociais que influenciam o sistema familiar e levantam problemas e desafios para os quais não há modelos prévios; o desmembramento da família, a crise do mercado de trabalho, a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, as dinâmicas sociais e demográficas pressupõem novas tarefas para a família. Será neste desafio de mudança que ela continuará a afirmar-se.

As mutações na sociedade ocidental, principalmente nas últimas décadas, implicaram transformações e adaptações em todas as áreas da vida. A família, e em especial o casal, deparam-se com novos e acrescidos desafios. No entanto,

apesar das correntes mais pessimistas, as relações duradouras e satisfeitas são procuradas pela maioria das pessoas, continuando o casal a afirmar-se como o núcleo da família<sup>16,21</sup>. A maioria das pessoas quer casar, revelando-se o casamento, quando funciona, o melhor espaço para satisfazer as necessidades de afeto, entrelajada e intimidade emocional.

Hoje em dia, as relações comprometidas constroem-se segundo diversas formas, não implicando necessariamente as etapas tradicionais do namoro, noivado e casamento<sup>16,17</sup>. Da mesma forma assumem várias expressões, através de diversas vivências da conjugalidade, com os números de coabitações e uniões de facto a aumentar face ao número de casamentos<sup>25,30</sup>. No entanto, esta tendência não substitui a predominância das uniões civis, e é claro o desejo da maioria das pessoas solteiras em virem a casar um dia, vendo o casamento como importante para a felicidade e como um investimento a longo prazo<sup>21,32</sup>. Por outro lado, os recasamentos dão-nos igualmente a noção clara de que o divórcio não se consubstancia na descrença do vínculo do casamento, mas na procura de relações satisfeitas e de longa duração<sup>16</sup>.

As mudanças nas configurações familiares colocam em debate a importância do casamento enquanto fator de estabilidade nos vários contextos da sociedade. O consenso nas investigações revela a importância do casamento no sistema social. As famílias constituídas a partir do casamento estão associadas a maior bem-estar e ao melhor desempenho das responsabilidades sociais e parentais<sup>5,18,21,29</sup>. Por outro lado, são mais estáveis em comparação com outras formas de família, sendo menor esse bem-estar nos indivíduos que casam após a coabitação, constituindo-se o casamento como fator protetor nos adultos e nos filhos<sup>27,30,49</sup>. Porém estes benefícios verificam-se quando o relacionamento é positivamente avaliado pelos dois elementos do casal, o que coloca em questão as consequências de um casamento insatisfeito e conflituoso e as possibilidades de intervenção.

Muitos estudos têm demonstrado o impacto das separações não só no casal, e respetivas famílias como para a estabilidade social, colocando-a mais fragilizada. O custo emocional e até económico resultante das relações insatisfeitas e do divórcio vêm ocupando as autoridades dos diversos países no sentido de as minimizar, seja através de intervenções a nível legislativo, ou pelo desenvolvimento de programas de educação relacional<sup>1,6,16</sup>. Igualmente os estudos empíricos acerca do casamento e das dinâmicas conjugais acentuam, cada vez mais, a importância do desenvolvimento de estratégias e programas de ajuda no fortalecimento das relações familiares, com vista a reduzir a disfuncionalidade e o divórcio e a construir uma sociedade estável baseada em projetos de continuidade.

Ao abordarmos o apoio à família a partir da Mediação Familiar (MF) e da Orientação Familiar (OF) não podemos deixar de falar em conflito. Whalting<sup>47</sup> (p. 30) expressa bem esta ideia de conflito como potenciador da mudança, “energia de mudança, isto é, os conflitos produzem energia para mudar de alguma coisa ou algum lugar para outra coisa ou outro lugar diferente”.

Podemos inscrever a intervenção da MF e da OF no modelo de saúde biopsicossocial<sup>3</sup>. A capacidade de resolução de conflitos melhorando as relações familiares ajuda a restabelecer a saúde biopsicossocial, o que nos remete para a necessidade de prevenção, inscrevendo-se as duas nas estratégias preventivas.

As suas metodologias, ajudando as famílias na resolução de conflitos atuais, proporcionam-lhes ao mesmo tempo o *empowerment* e ajuda na resolução de conflitos futuros. Dito de outra forma, as duas intervenções possibilitam que as famílias recuperem o seu protagonismo e autonomia na gestão e resolução dos seus conflitos, com efeitos positivos no bem-estar.

A mediação familiar, atendendo às suas características para além da resolução do conflito, possibilita renovar relacionamentos, criando um potencial criativo e transformador, remetendo para um conceito do ser humano mais integrador e estrutural, encontrando-se a solução ao problema por quem melhor sabe resolvê-lo e que são as pessoas<sup>44</sup>.

Mediar é um instrumento da família, e não apenas um conjunto de técnicas; cria novos padrões de relacionamento e novas formas de os estruturar para resolver as diferenças que o conflito pressupõe<sup>3</sup>. É a família que se compõe como organizadora das suas relações<sup>40</sup>. O conceito de mediação é um conceito alargado e integrador e contempla todas as relações familiares passíveis de conflito e que possibilite a continuidade de apoio em casos de reconciliação<sup>37</sup>. Situamos, então, a Mediação Familiar não apenas como procedimento alternativo na resolução de conflitos familiares, mas sim como um recurso que possibilita e capacita a família e lhe confere competência na resolução dos seus próprios conflitos. Desta perspetiva partilha Tomé<sup>42</sup> (p. 14), quando refere que a mediação é preventiva a partir da filosofia em que se baseia “uma mediação preventiva e não apenas paliativa das consequências do conflito [...] e que o mediador tenha em conta a possibilidade de reconciliação do casal”.

O Aconselhamento/Orientação conjugal e familiar provém do Counseling que, para além da escuta ativa, ajuda as pessoas a aprofundar as suas questões e a descobrirem os seus recursos internos e externos necessários para ultrapassar as dificuldades, na relação conjugal e familiar<sup>37</sup>.

A Orientação familiar leva o indivíduo “do ser a tornar a ser”<sup>3</sup>. No processo de conflito está presente cada indivíduo, com o seu mundo interno e as

relações entre o seu contexto, as narrativas e culturas<sup>40</sup>. Face a esta complexidade, nem a Mediação, nem a Terapia nem a Orientação são exclusivas na resolução de conflitos.

Entende-se assim que a orientação familiar e a mediação, como suportes de apoio à família, têm de ser perspectivadas a partir de uma abordagem interdisciplinar, complementar, num trabalho em rede com outros saberes, a partir da comunidade. A mediação e a orientação, embora interdependentes, são complementares<sup>37</sup>.

## Metodologia

Para a recolha de dados utilizámos dois *focus group* com especialistas, que trabalham com famílias em áreas distintas. A amostra foi constituída por 10 especialistas, 80% do sexo feminino e 20% do sexo masculino com idades compreendidas entre os 36 e os 61 anos, 50% com habilitações superiores a licenciatura, com experiência no trabalho com famílias entre os 10 e os 30 anos.

Como linha orientadora principal utilizou-se a *Grounded Theory*<sup>7,10,13,39</sup>. Após a transcrição dos dados procedeu-se à análise de conteúdo, com recurso ao *software* NVivo8®, recorrendo ao procedimento intermédio, a partir de categorias definidas mas incluindo as que foram surgindo.

Os objetivos da investigação traduzem-se na identificação das configurações familiares, suas dinâmicas, fatores de risco e proteção, dos principais problemas e dos pedidos de ajuda, das respostas existentes e nas respostas e propostas de intervenção. Como objetivo geral pretendemos elaborar uma proposta de um projeto integrado de proteção e promoção da família. Para o efeito, foram formuladas as seguintes questões de investigação: (a) O que representa a família?; (b) O que caracteriza a família da atualidade?; (c) quais os fatores de vulnerabilidade e proteção?; (d) O que determina a estabilidade familiar?; (e) Que tipo de questões e pedidos de ajuda as famílias colocam?; (f) Que respostas serão necessárias para o apoio à família, para além das já existentes?

## Resultados e discussão

### **Conceito de família**

A família configura-se, no entendimento dos especialistas, como o espaço privilegiado de partilha, de segurança e de transmissão de valores. Os resultados dos *focus group* mostram que a família assenta na partilha (N=26), sendo espaço privilegiado de afeto, e de “laços de coração”, (N=14), segurança e crescimento (N=11). Apesar de se reconhecer a diversidade de configurações familiares, (N=10), a família constitui-se a partir do vínculo afetivo, da união, do compromisso e da partilha (N=6). A família surge a partir das histórias de duas famílias que se fundem e constroem um projeto comum, sendo este o fio condutor, na transmissão de valores e de continuidade. A identidade familiar torna cada família única<sup>3,12</sup>. Se por um lado os especialistas definem a família, por outro reconhecem a dificuldade em o fazer em virtude das transformações recentes nas suas configurações (*e.g.*, divórcio, monoparentalidade, recasamento e união de facto), coexistindo uma variedade de modelos e estruturas.

### **Família na atualidade – fatores de proteção**

Embora as correntes mais pessimistas falem em crise da família, o desejo e querer ser família (N=11), a partilha de valores (N=8), a repartição de poder no casal (N=5) e a qualidade nas relações familiares são características da família da atualidade e configuram-se como fatores de proteção. O querer ser família leva-nos novamente a confirmar a centralidade da família no bem-estar individual e social e na coesão social<sup>1,9,11,38</sup>. No entanto, os especialistas identificam na família da atualidade mais fatores de vulnerabilidade do que de proteção.

### **Família na atualidade – fatores de vulnerabilidade**

A família da atualidade, na percepção dos participantes, apresenta mais fatores de vulnerabilidade, representando 64,2%. Assim, a família em resultado das mudanças nas configurações familiares (N=24), aliada às forças exteriores, ou melhor, ao contexto externo, (N=10), e às dinâmicas familiares frágeis, configura-se mais vulnerável<sup>21,30</sup>.

Porém, para além desta centralidade da família, são maiores os fatores de vulnerabilidade, estando estes estreitamente relacionados com as mutações

nas configurações familiares e a fragilidade relacional associada<sup>30,49</sup>. Concorrem para esta vulnerabilidade as influências do contexto externo, em especial, a banalização da rutura, a normalização da união de facto, a conjuntura económica e social.

A inexistência de estruturas de suporte e apoio à família, a ausência de política de família, a ausência de rede social de suporte, aliados à falta de tempo para a vida familiar que facilite a conciliação entre a vida familiar e profissional (N=9) reforçam as vulnerabilidades. Assim, o contexto externo, ao contrário do ideal, deixa de ser protetor para constituir uma fator de risco para o “ser família”.

### ***Estabilidade familiar – fatores de proteção***

A estabilidade familiar proporciona o sentimento de segurança, redução de stresse e construção da identidade familiar partilhada, resultando em padrões funcionais e na segurança que todos necessitam para o desenvolvimento saudável<sup>46</sup>.

A comunicação (N=18), a coesão (N=17), a partilha (N=16), a transmissão de valores (N=10) e a resiliência familiar (N=7), constituem-se como fatores protetores a todo o funcionamento familiar. Ao longo do ciclo de vida nos momentos de crise e conflito, as famílias com padrões de comunicação funcionais e com maior coesão denotam acrescida capacidade de adaptação à mudança<sup>34</sup>.

Os valores regulam a vida familiar e atuam como diretrizes à volta das quais a família se estrutura, a discrepância dos valores leva conflitos e no geral os conflitos andam à volta de valores<sup>12</sup>. Os valores, as regras e as crenças contribuem para dar estabilidade à família, enquanto outras forças internas e externas como as pressões do contexto externo, as crises e conflitos, geram mudança e instabilidade no sistema familiar.

Os recursos externos, nomeadamente a rede social e as respostas atempadas no apoio às famílias (*e.g.*, educação relacional, mediação familiar) ativam a resiliência familiar dando competência às famílias na resolução dos seus problemas<sup>46</sup>. A ativação dos recursos e o prosseguir em frente revela a capacidade de cada família ao proporcionar ao mesmo tempo estabilidade e mudança na resolução de problemas futuros<sup>15,45</sup>.

### ***Estabilidade familiar – fatores de vulnerabilidade***

Como vulnerabilidades à estabilidade familiar são identificados principalmente os problemas de comunicação (*e.g.*, o pouco espaço para a intimidade, a repartição de poder, as expectativas, a partilha de tarefas e a conciliação vida familiar e profissional) (N=21), e o tempo dedicado à família (N=17), a competência parental (N=8), a ausência de espaços de partilha alargada (N=6) e as políticas públicas de apoio à família (N=6). A falta de comunicação no casal compromete a intimidade e o “nós”<sup>31</sup>. A satisfação e a qualidade conjugal estão associadas à quantidade e qualidade da comunicação, à repartição de tarefas e à tomada de decisões<sup>24</sup>.

O desenvolvimento da conjugalidade e da parentalidade, na opinião dos especialistas, constituem-se como vulnerabilidades à estabilidade familiar, já que exigem mudanças significativas no relacionamento familiar, podendo potenciar fases de maior stresse familiar<sup>14,22,28,33</sup>.

Perante a vulnerabilidade da família, a insuficiência de suporte por parte das famílias de origem, e a ausência de espaços de partilha alargada acentuam esta vulnerabilidade.

### ***Questões colocadas pelas famílias***

A partir da sua intervenção, os especialistas identificaram as principais questões que as famílias colocam, e que, na sua maioria, estão ligadas aos aspetos do funcionamento familiar no geral (N=67), à conjugalidade (N=19), à parentalidade (N=30), separação e divórcio (N=22) e ao suporte social (N=19).

O funcionamento familiar está, assim, dependente das características individuais e da interação de todos os subsistemas onde a diferença é motora de desenvolvimento<sup>23,26</sup>. No entanto, em momentos de crise ela torna-se mais acentuada e valorizada, havendo dificuldade de encontrar a noção do todo, sendo a diferença motor de conflito. As questões de género, a repartição de poder no casal e a partilha de tarefas domésticas, embora normais no ciclo de vida da família, podem constituir-se como potenciais fatores de vulnerabilidade. Na conjugalidade as expectativas de cada um, as expectativas da sociedade, a forma como se processa a comunicação (*e.g.*, a gestão da diferença, a repartição e partilha de tarefas) e o tempo que se dedica à relação de casal podem desencadear fases de maior dificuldade<sup>37</sup>.

As grandes questões, estando maioritariamente relacionadas com as transições normativas do ciclo de vida da família, como o desenvolvimento da

conjugalidade e da parentalidade, expressam-se em pedidos de ajuda ao nível do funcionamento familiar, na adaptação e no prosseguimento das tarefas de desenvolvimento de cada etapa. Isto remete-nos para a importância de respostas interdisciplinares nas crises normativas de cada família.

Com a parentalidade a satisfação conjugal tende a diminuir. As novas exigências desta etapa podem levar a um menor investimento na relação de casal. No entanto, os filhos podem constituir um fator protetor em relação à rutura. Com o nascimento do primeiro filho o sistema familiar sofre algumas perturbações, a intimidade do casal diminui, podendo haver redução da satisfação conjugal<sup>43</sup>. Anatrella<sup>2</sup> e Ribeiro<sup>36</sup> referem a este propósito que o casal deve cuidar a relação de casal encarando a parentalidade como transição.

A relação pais e filhos, a comunicação e a transmissão de regras e valores e ao mesmo tempo o permitir autonomia, constitui uma das tarefas mais importantes no ciclo de vida, a concordância ao nível dos padrões educativos e a relação com a influência do exterior determina padrões de funcionamento funcionais<sup>33</sup>.

A falta de tempo para a vida familiar e as políticas públicas constituem-se igualmente como vulnerabilidade, e no geral estão associadas na medida em que não existe uma verdadeira política de família que possibilite a conciliação entre a vida familiar e profissional e implemente uma cultura de serviços de apoio à família, que a ajude a desempenhar as suas funções normativas. Será importante gerar graus de flexibilidade nas estruturas sociais, para que estas se adaptem à família e às suas necessidades em cada etapa do ciclo de vida. Deveríamos caminhar para um modelo, onde cada família opte por diferentes alternativas em diferentes momentos do seu ciclo de vida, de acordo com as suas necessidades, perfil e preferências. Trata-se de favorecer o quadro da liberdade de escolha.

### ***Tipologia dos pedidos de ajuda***

Na análise do *focus group*, os pedidos de ajuda decorrem, maioritariamente, de situações crónicas (N=25) e de pedidos preventivos (N=20), situando-se estes ao nível do funcionamento familiar, da conjugalidade e da parentalidade. As situações crónicas que estão diretamente ligadas a situações de rutura e divórcio, têm associadas as questões relativas às responsabilidades parentais e à coparentalidade. Segundo Ribeiro<sup>37</sup>, estes casais apresentam insatisfação e solicitam ajuda quando se coloca a possibilidade de separação, queixas estas geralmente relacionadas com a falta de comunicação e parentalidade.

Os pedidos de ajuda, nomeadamente os que decorrem de situações crónicas e os de carácter preventivo, revelam um esforço em querer ser família, em defendê-la, e em reconstruir e reconciliar para além das crises numa perspetiva de fortalecimento familiar.

Embora, os pedidos em mediação familiar não sejam de carácter preventivo, a metodologia da mediação por si torna-se preventiva nas reconfigurações das relações familiares<sup>41,42</sup>.

### ***Respostas necessárias***

Face às questões apresentadas e às dinâmicas familiares na atualidade os especialistas identificam várias respostas, com especial ênfase para a educação relacional (N=33) e para a mediação familiar (N=16). Estes resultados correlacionam-se com as questões que referem, relativas ao funcionamento familiar, parentalidade, conjugalidade e rutura familiar. São assim respostas abrangentes que proporcionam ajuda em momentos normativos e não normativos do ciclo de vida e, ao mesmo tempo, constituem estratégias preventivas.

Pelos resultados dos *focus group*, a prevenção e educação relacional (e.g., formação parental, orientação familiar, grupos de autoajuda, preparação para a conjugalidade e a mediação familiar), numa perspetiva de trabalho em rede, apresentam-se como respostas necessárias às questões da família.

A intervenção atempada, ao nível da orientação familiar e de outras formas de educação relacional, poderá de forma preventiva reduzir as rupturas familiares. Os programas de educação relacional<sup>6,48</sup> contribuem para o fortalecimento das relações familiares e para a satisfação e qualidade conjugal.

Paralelamente à identificação das respostas necessárias, e que são claramente numa perspetiva preventiva, entende-se a necessidade de desenvolvimento de uma cultura de promoção e ajuda às famílias, o que só terá cabimento através de práticas implementadas<sup>8,49</sup>. A capacidade de resolução das dificuldades e problemas pressupõe por um lado a perceção partilhada dos problemas, a resiliência e a utilização de respostas adequadas<sup>28,37,46</sup>.

A forma pouco integrada como são tratadas as questões da família e a necessidade de políticas públicas que a protejam e valorizem pelo que ela de facto é, remete-nos para a urgência de considerar a família como uma preocupação política, instituindo-se uma verdadeira política de família.

Intervenções atempadas, sobretudo ao nível da prevenção e educação relacional e da mediação familiar, num trabalho em rede e suportado por políticas públicas terão impacto na resolução de problemas e no

fortalecimento relacional<sup>6,8,19,38</sup>. Tal ideia remete-nos para a estruturação de respostas integradas.

A mediação familiar pública implementada, surgindo das situações no decurso das ruturas familiares e à regulação das responsabilidades parentais, à semelhança de outros países, dificulta a sua implementação, desenvolvimento e afirmação<sup>44</sup>. Por outro lado, a mediação familiar, considerada um ato de família<sup>3</sup> tem de ser desvinculada, em exclusivo da rutura familiar e incluir a possibilidade de reconciliação<sup>37</sup>.

Esta conceção das respostas, de forma integrada interdisciplinar, vem ao encontro das boas práticas de alguns serviços existentes que contemplam a unidade familiar no seu todo. Construindo assim um conceito de família integrador em que a cada etapa de ciclo de vida as respostas podem constituir um suporte de apoio.

Ao mesmo tempo, tratando-se de uma abordagem interdisciplinar que integra os diversos sistemas (do micro ao macrosistema), potenciará a mudança de atitudes, valores e comportamentos, constituindo-se como estratégia preventiva.

### ***Projeto integrado de apoio à família***

Acerca de como se estruturaria um projeto integrado de apoio à família, designado de Casa da Família ou Clínica Multiportas da Família pelos especialistas, este deverá integrar: a prevenção e educação relacional (*e.g.*, formação de jovens, formação parental, grupos de autoajuda e discussão, preparação para a conjugalidade, cursos para casais, orientação familiar e aconselhamento) (N=39), a mediação familiar (N=25) o aconselhamento jurídico (N=16), medicina e psiquiatria (N=14), terapia (N=16), psicologia (N=16), ponto de encontro para a família (N=12) numa perspetiva de trabalho em rede interna e externa (N=21).

Esta forma de conceber as respostas à família vai ao encontro da abordagem sistémica e da ecologia do desenvolvimento humano, sendo a família perspetivada a partir de cada um dos seus membros e em interação com os outros sistemas<sup>4,25</sup>. Pelos resultados dos dois *focus group*, confirma-se a consonância da necessidade de uma resposta integrada de apoio à família, que no entender dos especialistas corresponderia a uma Casa da Família ou Clínica Multiportas da Família, onde tudo ou quase tudo que acontece na família teria neste espaço uma forma de intervenção.

### ***Proposta de implementação de um serviço integrado de proteção e promoção da família***

Face aos resultados da análise dos *focus group*, constitui-se como necessária a implementação de um serviço integrado de proteção e promoção da família (ver Quadro).

O projeto que propomos tem como objetivos constituir um suporte de apoio integrado às famílias através de um conjunto de respostas que respondam aos diversos pedidos, numa perspetiva interdisciplinar e integrada onde a família é olhada como um todo.

**Quadro 1. Projeto integrado de proteção e promoção da família**

Objetivos	Áreas de Intervenção	Metodologia
Promover a família, a estabilidade e a coesão social	Prevenção e educação relacional ( <i>e.g.</i> , orientação e aconselhamento familiar, formação parental, preparação para a conjugalidade, formação ao longo do ciclo de vida, grupos de autoajuda).	Acolhimento, triagem e trabalho interdisciplinar em rede
Contribuir para o aprofundamento do conhecimento das dinâmicas da família na atualidade		Atendimento nas diversas áreas de intervenção
Proporcionar um conjunto integrado de respostas que sirvam à unidade de família no seu todo	Mediação familiar Terapia conjugal e familiar Psicologia Coaching	Referenciação por entidades e serviços
Implementar uma cultura de serviços centrados no apoio à família	Aconselhamento Jurídico Medicina e Psiquiatria Ponto de Encontro para a Família Observatório da Família	Estágios e investigações pelos alunos da UCP
Desenvolver estudos empíricos no âmbito da família	Investigação	Trabalho em rede com serviços da comunidade

### **Conclusão**

Os contributos do presente estudo pretendem constituir o ponto de partida para se pensar a família a partir da implementação de um projeto integrado de proteção e promoção da família. A proposta de projeto que se apresentou resultou da conciliação da revisão da literatura, de investigação de serviços e experiências na área da família e do estudo empírico onde ficou clara a justificação da implementação de um serviço integrado de apoio e proteção à família.

Considerando os desafios que a sociedade coloca à família e que a família coloca à sociedade numa circularidade inquestionável entendemos que a família carece de ser pensada a partir do seu valor e considerada nas suas várias dimensões.

Recursos	População-alvo	Resultados esperados
Instituto de Ciências da Família da UCP	Indivíduos e famílias	Fortalecimento das relações familiares
Especialistas nas áreas de intervenção contempladas	Estudantes e Investigadores	Contribuição para o bem-estar individual familiar e social
Protocolos com Ministério da Justiça, Ministério da Segurança Social, e outras entidades e serviços		Resposta aos pedidos de ajuda
Acordos e protocolos com organismos de apoio à família a nível nacional e internacional		Conhecimento das dinâmicas familiares
Apoio do Mecenato		Constituição de suportes ao estudo das políticas familiares
		Estudos empíricos no âmbito das relações familiares
		Desenvolvimento de uma cultura de rede de serviços de apoio à família

Pelos resultados do nosso estudo ficou confirmado o valor incontornável e a importância da família. O “desejo em ser família” persiste para além das vulnerabilidades e das mutações nas configurações familiares e de um macrosistema pouco protetor. O desejo de “ser família” e a necessidade identificada, de respostas integradas e em rede, sobretudo ao nível da prevenção e educação relacional e de mediação familiar numa conceção mais integradora e preventiva, leva-nos à convicção de que estaremos caminhando para a construção de uma nova cultura e um novo humanismo.

Como áreas de intervenção o projeto contempla a prevenção e educação relacional, mediação familiar, psicologia, terapia, aconselhamento jurídico, medicina e psiquiatria, ponto de encontro para a família e trabalho em rede.

Por outro lado, verificando que o investimento em matéria de políticas públicas, nomeadamente, em política de família, é quase inexistente e que as configurações familiares devem basear-se em relações estáveis e duradouras, com base no compromisso, e que a estabilidade familiar é crucial para o desenvolvimento de uma sociedade coesa, este estudo poderá igualmente constituir um desafio para que, ao nível das Políticas Públicas, se Pense a Família através de uma abordagem integrada e preventiva e que concilie o apoio, a proteção e a promoção. Partindo desta base empírica torna-se possível colocar o desafio na implementação desta intervenção ao Instituto de Ciências da Família.

Consideramos ser um projeto inovador e muito promissor para uma aplicação ainda mais geral, já que em Portugal não existe uma cultura deste tipo de serviços e poderá ser um ponto de partida para uma cultura de prevenção nas relações familiares.

As profundas transformações sociais, aliadas ao consumismo, às políticas públicas, ao incremento do relativismo das relações estáveis e duradouras, a prevalência do ter em lugar do ser, colocam uma certa confusão e desorientação ao nível dos valores pondo em risco a coesão social. Pensar a família, a partir do que de facto ela é e representa, requer necessariamente estruturar intervenções numa abordagem ecossistémica com enquadramento preventivo, como a que tentámos esboçar. De facto torna-se cada vez mais necessário pensar a família numa abordagem global integral e integradora. Olhar a família nesta perspetiva concilia os direitos do ser humano com os direitos da família, pelo que deixamos neste trabalho o nosso desafio.

## Referências bibliográficas

1. AMATO, P. (2005). The impact of family formation change on the cognitive, social and emotional well-being of the next generation. *Marriage and Child Wellbeing*, 15, 75-96. doi: 10.1353/foc.2005.0012.
2. ANATRELLA, T. (2004). *Casais Felizes: ensaio sobre a relação conjugal*. Cascais: Princípia, Publicações Universitárias e Científicas.
3. BOUCHÉ, H. J., HIDALGO, F. L. (2008). *Mediación y Orientación Familiar*. Madrid: Editorial Dykinson.
4. BRONFENBRENNER, U. (1979). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22, 723-742. doi: 10.1037/0012-1649.22.6.723
5. BROWN, S. (2004). Family Structure and Child Well-Being: the Significance of Parental Cohabitation. *Journal of Marriage and Family*, 66, 351-367. doi: 10.1111/j.1741-3737.2004.00025.x.
6. CARROLL, J. S., & DOHERTY, W. J. (2003). Evaluating the Effectiveness of Premarital Prevention Programs: A Meta-analytic Review of Outcome Research. *Family Relations*, 52, 105-118. doi: 10.1111/j.1741-3729.2003.00105.x.
7. CHARMAZ, K. (2006). *Constructing Grounded Theory – a Practical Guide Through Qualitative Analysis*. Sage Publications.
8. COFFIN, B. (2009). Marriage.gov: A promising public policy. In H. Benson and S. Callan (Eds.), *What works in relationship education: Lessons from academics and service deliverers in the United States and Europe* (pp. 121-136). Doha, Qatar: Doha International Institute for Family Studies and Development.
9. FLAQUER, L. (1998). *El destino de la familia*. Barcelona: Ariel.
10. FLICK, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
11. FUSTER, E., OCHOA, G. (2000). *Psicología social de la familia*. Barcelona: Paidós.
12. GIMENO, A. (2001). *A família, o desafio da diversidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
13. GLASER, B. G., & STRAUSS, A. L. (1967). *The discovery of grounded theory*. New York: Aldine.
14. GOTTMAN, J. M., & NOTARIUS, C. I. (2000). Decade Review: Observing Marital Interaction. *Journal of Marriage and Family*, 62, 927-947. doi: 10.1111/j.1741-3737.2000.00927.x.
15. HAWLEY, D. & DEHANN, L. (1996). Toward a definition of family resilience: integrating life span and family perspectives. *Family Process*, 35, 283-298. doi: 10.1111/j.1545-5300.1996.00283.x.
16. KALMIJN, M. (2007). Explaining cross-national differences in marriage, cohabitation, and divorce in Europe: 1990-2000. *Population Studies*, 61, 243-2563.
17. MANNING, W. D., & SMOCK, P. J. (2002). First comes cohabitation and then comes marriage? A research note. *Journal of Family Issues*, 23, 1065-1087. doi:10.1177/019251302237303.
18. McLANHAN, S., & SANDEFUR, G. (1994). *Growing up with a single Parent. What Hurts What Helps*. Cambridge: Harvard University Press.
19. MANSFIELD, P. (2009). Intervening early: Helping couples manage relationship issues

- when they first arise. In H. Benson and S. Callan (Eds.), *What works in relationship education: Lessons from academics and service deliverers in the United States and Europe* (pp. 87-97). Doha, Qatar: Doha International Institute for Family Studies and Development.
20. MARKMAN, H. J., & HALFORD, W. K. (2005). International Perspectives on Couple Relationship Education. *Family Process*, 44, 139-146.
  21. MARKMAN, H. J., STANLEY, S. M., JENKINS, N. H., PETRELLA, J. N., & Wadsworth, M. E. (2006). Preventive Education: Distinctives and Directions. *Journal of Cognitive Psychotherapy: An International Quarterly*, 20, 411-433. doi: <http://dx.doi.org/10.1891/jcpiq-v20i4a006>.
  22. MARSIGLIO, W., Amato, P., DAY, R. D., & LAMB, M. E. (2000). Scholarship on Fatherhood in the 1990s and Beyond. *Journal of Marriage & Family*, 62, 1173-1191. doi: 10.1111/j.1741-3737.2000.01173.x.
  23. MINUCHIN, S. (1979). *Families en thérapie*. Paris: Ed. Jean-Pierre Delarge.
  24. NARCISO, I. (2001). *Conjugalidades satisfeitas mas não perfeitas – à procura do padrão que liga*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Faculdade Psicologia Ciências da Educação.
  25. NARCISO, I. RIBEIRO, M. T. (2009). *Olhares sobre a conjugalidade*. Lisboa: Coisas de Ler.
  26. OLSON, D. H. (1985). Struggling with Congruence across Theoretical Modes and Methods. *Family Process*, 24, 203-207. doi: 10.1111/j.1545-5300.1985.00203.x
  27. OSBORN, C., MANNING, W., SMOCK, P. (2007). Married and Cohabiting Parents, Relationship's Stability: a focus on race and ethnicity. *Journal of Marriage and Family*, 69, 1345-1366. doi: 10.1111/j.1741-3737.2007.00451.x.
  28. PATTERSON, J. (2002). Integrating family resilience and family stress theory. *Journal of Marriage and Family*, 64, 349-361. doi: 10.1111/j.1741-3737.2002.00349.x
  29. PIHET, S., BODENMANN, G., CINA, A., WILDMER, K., & SHANTINATH, S. (2007). Can Prevention Of Marital Distress Improve Well-Being? A 1 Year Longitudinal Study. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 14, 79-88. doi: 10.1111/j.1545-5300.2012.01420.x.
  30. POPENOE, D., (2008). *Cohabitation marriage child wellbeing: a cross national perspective*. New Jersey: The National Marriage Project. Rutgers.
  31. PRATA, F. P. (2008). *Terapia sistémica de casal, Respigando ideias e experiências*. Coleção sistemas famílias, e terapias, Lisboa: Climepsi Editores.
  32. REGAN, P. C. (2008). *The Mating Game: A Primer on Love, Sex and Marriage* (2.<sup>a</sup> ed.). California: Sage Publications.
  33. RELVAS, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família – Perspectiva Sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
  34. RELVAS, A. P. (2005). Família e stress. Das crises normativas às crises inesperadas. Como intervir numa perspectiva sistémica. In A. M. Pinto & A. L. da Silva (coord.), *Stress e bem-estar* (pp. 43-58). Lisboa: Climepsi Editores.
  35. RIBEIRO, M. T. (1994). Família e Psicologia. In *Traços da Família Portuguesa*. (pp. 55-76) Lisboa: Direção-Geral da Família do Ministério do Emprego e da Segurança Social
  36. RIBEIRO, M. T. (1996). El nido vacío. In M. Millan (Ed.), *Psicología de la familia – Un enfoque evolutivo y sistémico* (pp. 133-152). Valencia: Promolibro.

37. RIBEIRO, M.T. (2008). Configurações da família: O casal como ponto nodal da família – diferentes respostas para diferentes pedidos de ajuda. In *Conhecer a FCH. Conferências multidisciplinares, 4, Representações da Guerra, Representações da Família e do Espaço Público*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
38. STANLEY, S., & RHOADES, G. (2009). Marriages at risk: Relationship formation and opportunities for relationship education. In H. Benson and S. Callan (Eds.), *What works in relationship education: Lessons from academics and service deliverers in the United States and Europe* (pp. 21-44). Doha, Qatar: Doha International Institute for Family Studies and Development.
39. STRAUSS, A. L., CORBIN, J. (1990). *Basics of Qualitative Research*. London: Sage Publications.
40. SUARES, M. (2002). *Mediação, Condução de Disputas Comunicação y Técnicas*. Barcelona: 1.ª Reimpressão, Editorial Paidós.
41. SUARES, M. (2003). *Mediando en Sistemas Familiares*. Barcelona: Editorial Paidós.
42. TOMÉ, M. G. (2005). *Mediação Familiar – novas perspectivas*. Lisboa: Curso Livre da Universidade Católica Portuguesa.
43. TWENGE, J., M.; CAMPBELL, W. Keith; FOSTER, C. (2003). Parenthood and Marital Satisfaction- a Meta-analytic Review. *Journal of Marriage and Family*, 65, 574-583. doi: 10.1111/j.1741-3737.2003.00574.x.
44. VEZZULLA, J. C. (2001). *Mediação, teoria e prática, guia para utilizadores e profissionais*. Barcelos: Agora Publicações.
45. WALSH, F. (1998). *Strengthening Family Resilience*. New York, London: Guilford Press.
46. WALSH, F. (2003). Family Resilience: A framework for Clinical practice. *Family Process* 42, 1, 1-18. doi: 10.1111/j.1545-5300.2003.00001.x.
47. WHATLING, T. (2003). Mediação Familiar – “uma ideia cuja hora soou” – *Newsletter 1*, 3-6. DGAE do Ministério da Justiça.
48. WIDMER, K., & BODENMANN, G. (2009). The Couples Coping Enhancement Training (CCET): A new approach to prevention of marital distress based upon stress and coping. In H. Benson and S. Callan (Eds.), *What works in relationship education: Lessons from academics and service deliverers in the United States and Europe* (pp. 98-107). Doha, Qatar: Doha International Institute for Family Studies and Development.
49. WILCOX, B. W. (2005). *Why marriage Matters: Twenty-Six Conclusions from the social sciences*. New York: Institute of American Values.